

FICHE AMENDEMENT

Titre IV

Proposition d'amendement à l'Article : Artigo 15.º, novo

Déposée par Monsieur Luís Queiró

Qualité: Suppléant

1. O Parlamento Europeu, composto por representantes dos povos dos Estados reunidos na União, exerce os poderes de deliberação e controlo previstos no presente Tratado.
 2. O Parlamento Europeu aprova a designação, pelo Conselho Europeu, da personalidade que será nomeada Presidente da Comissão e, antes da sua nomeação pelo Conselho, dá parecer favorável à nomeação da Comissão. O Parlamento Europeu pode destituir a Comissão, por intermédio de uma moção de censura.
 3. Os representantes ao Parlamento Europeu, que não podem exceder o setecentos e trinta e dois, são eleitos por sufrágio universal, directo e secreto dos cidadãos da União, em cada Estado membro, nos termos definidos na respectiva legislação interna.
 4. O Conselho Europeu, deliberando por unanimidade, fixa o número de representantes a serem eleitos em cada Estado membro, de acordo com um critério que garanta a adequada representação dos Estados membros de pequena e média dimensão.
 5. O Parlamento Europeu dispõe do poder de auto-organização.
-

Explication éventuelle :

Na lógica proposta, o primeiro órgão a ser desenvolvido deveria ser o Conselho Europeu. Contudo, para não destruir neste momento a sequência dada pelo Praesidium no seu projecto, opta-se por manter a ordenação das disposições.

O artigo é confuso e pouco correcto. Fala em «cidadãos europeus» mas devia falar em «cidadãos da União». A descrição geral das funções que é feita clarifica o seu papel, mas seria até preferível a redacção anterior ao Tratado de Maastricht, que adiante reproporemos. A eleição do Presidente da Comissão é inaceitável, na minha opinião, embora seja uma decorrência lógica da evolução do actual sistema de controlo democrático da Comissão. Não se percebe a preocupação em fugir às redacções actualmente presentes nos artigos 189.º e seguintes CE.

As modificações que a seguir se propõem retomam algumas disposições dos tratados actuais:

O n.º 1 proposto retoma o n.º 1 (adaptado) do artigo 189.º CE.

O n.º 2 inspira-se no artigo 214.º CE, antes de Nice.

O n.º 3 corresponde ao artigo 189.º, § 2, CE, e 190.º, n.º 1

O n.º 4 remete para o Conselho Europeu – como hoje de facto sucede, v. Nice (2000) e Sevilha (2002) – a fixação do n.º de representantes de cada Estado membro.

O n.º 5 não fala agora do Presidente e da Mesa, mas é mais amplo, dando total autonomia organizatória ao Parlamento Europeu.